

À Divisão de Assistência ao Plenário

Projeto de Lei N.º 830/ 2000

Estabelece a presença e o acompanhamento do Ministério Público Estadual nas operações que envolvam a força policial do Estado da Paraíba em medidas possessórias de caráter e efeitos coletivos.

- Art. 1.º A força policial do Estado da Paraíba, sempre que requisitada judicial ou administrativamente a atuar em medidas possessórias que produzam efeitos coletivos, em próprios públicos ou privados, será obrigatoriamente acompanhada na operação por representante do Ministério Público estadual.
- § 1.º Para as finalidades desta Lei considera-se medida possessória com efeitos coletivos toda a operação que envolva força policial estadual para despejar de imóvel, áreas ou prédios públicos ou privados, urbanos ou rurais, quantidade superior a cinco pessoas, ressalvados os despejos fundados em contratos de locação residenciais e individuais.
- § 2.º Tão logo receber a requisição judicial ou a determinação administrativa, nas hipóteses previstas nesta Lei, o Comandante da Polícia Militar solicitará formalmente a indicação do representante do Ministério Público ao Procurador Geral da Justiça.
- Art. 2.º Antes de iniciar a operação, caso identifique alguma irregularidade no mandato de desocupação ou em qualquer outra peça que constitua requisito legal à medida possessória, principalmente do ponto de vista da legislação processual, o representante do Ministério poderá suspender provisoriamente a operação para que, no ato, sejam reportadas tais irregularidades à autoridade judicial ou administrativa competente, a qual poderá saná-las ou decidir pela continuidade da operação sob sua exclusiva e direta responsabilidade.

Art. 3.º - Iniciada a operação policial nas medidas possessórias a que se reportam esta Lei, o representante do Ministério Público estadual, constatando graves ricos a segurança das pessoas envolvidas ou potenciais ameaças à ordem constitucional, igualmente poderá suspender provisoriamente a operação para que, no ato, essas circunstâncias sejam relatadas à autoridade judicial ou administrativa competente, possibilitando um planejamento da operação adequado às circunstâncias específicas do caso concreto, de modo a zelar pela preservação da ordem constitucional e democrática vigentes.

Art. 4.º - As providências previstas nesta Lei devem ser acrescidas pelo exercício regular das funções constitucionais do Ministério Público, sempre que o caso concreto recomendar, principalmente o ajuizamento das medidas processuais de natureza cautelar e urgente que se fizerem necessárias.

Art. 5.º - Concluída a operação, o representante do Ministério Público estadual encaminhará relatório circunstanciado ao Procurador Geral da Justiça, após exame, encaminhará cópias aos Chefes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Estado da Paraíba.

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 7.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões, da Comissão Parlamentar de Inquérito no Campo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba "Casa de Epitácio Pessoa" 17 de abril de 2002.

DEPUTADO FREI ANASTÁCIO PRESIDENTE

DEP. SOCORRO MARQUES

RELATORA

DEP. JOÃO DA PENHA MEMBRO

DEP. LÚCIA BRAGA

MEMBRO

Aprovado em rucieo Turno
Em 12 06 12002

1.º Secretário

## **JUSTIFICATIVA**

Os conflitos agrários têm em sua grande maioria gerado inúmeros atos de violência contra os trabalhadores rurais, que têm sofrido com o desrespeito dos seus direitos constitucionais. Os abusos cometidos por policiais, agindo sob a influência de proprietários, que se utilizam da truculência para cumprir de forma bárbara os mandatos judiciais, são o exemplo de como os trabalhadores estão tendo os seus direitos constitucionais violados por conta das ações de desapropriação.

Por outro lado, tem-se constatado várias falhas nas peças, que se constituem em requisitos legais à medida possessória, caracterizando vícios na formulação dos processos, causados, muitas vezes, pela forte ligação existente entre os proprietários rurais e alguns representantes da justiça.

O fato é que, juntando tais acontecimentos, o conflito agrário tem se tornado cada vez mais violento, onde trabalhadores são agredidos gravemente, são desrespeitados e vitimados de ações ilegais.

Grave também é o que vem acontecendo nos acampamentos de trabalhadores que lutam pela terra, onde a presença de policiais civis e militares em milícias ilegais, grupos armados, que agem a serviço do latifúndio produzindo atentados contra os trabalhadores. A tenção produzida a partir das áreas de conflito coloca sobre risco a vida das pessoas envolvidas e alerta para a possibilidade de futuras tragédias no campo. É preciso lembrar que nos últimos 20 anos foram assassinados 09 trabalhadores rurais no Estado da Paraíba, por conta de conflitos de terra. Além disso, inúmeros são os casos em que policiais envolvidos em conflitos rurais produziram violência.

A presença de um representante do ministério público nas ações de despejo, por força de determinação judicial, é fundamental para que esses tipos de abusos sejam coibidos. A Constituição Federal determina a respeito de sua incumbência, que cabe ao Ministério Público, "A defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis." (Art. 127 CF). Sendo assim, e em consonância com suas funções, dentre as quais: a proteção dos direitos difusos e coletivos; exercer o controle externo da atividade policial; promover privativamente, a ação penal pública (Art.129, § I, III, VII – CF), entre outras atribuições, é prudente e inexorável que se façam presentes, por força da Lei, a representação do Ministério Público durante os atos de despejo como forma de corrigir as eventuais irregularidades apresentadas.

Quanto ao aspecto de sua constitucionalidade, acreditamos não haver qualquer problema na Lei que impeça sua aprovação dentro desta Casa, haja vista, projetos similares já terem sido aprovados em outras Casas Legislativas do país, a exemplo de Pernambuco e Sergipe, onde a sensibilidade do Poder Legislativo garantiu este avanço, que se reflete diretamente sobre a redução das tensões no campo.

Finalmente, o que esta CPI apurou, se fará complementar com a instauração de medidas judiciais cabíveis, por iniciativa do Ministério Público Estadual, no resguardo dos interesses maiores da sociedade paraibana, independentemente de quaisquer conveniências de pessoas ou de grupo.

Esta relatoria adota as recomendações ao Poder Legislativo, relativas à aprovação dos projetos de Lei.

Sala das Sessões, 19 de abril de 2002.

Frei Anastácio Ribeiro

Presidente

Socorro Margues

Relatora



# ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA CASA DE EPITÁCIO PESSOA



# SECRETARIA LEGISLATIVA

# REGISTRO DA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL LESGISLATIVA DAS MATÉRIAS SUJEITAS À APRECIAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO E DEMAIS COMISSÕES PERMANENTES E/OU TEMPORÁRIAS

Registro no Livro de Plenário Às fls. 30 sob o nº \$30/02 Em 29/04/2002  Magale Maia Diretor da Div de Assessoria ao Plenário	Constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 30 / 04 /2002  V Us gal, Maria Div. de Assessoria ao Plenário Diretor
	Remetido à Secretaria Legislativa
Remetido ao Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo Em, 30 / 04 /2002.  Dir. da Divisão de Assessoria ao Plenário	Departamento de Assistência e Controle do Processo Legislativo
Dir. da Divisao de Assessoria ao Fichario	Publicado no Diário do Poder Legislativo no dia/2001
À Comissão de Constituição, Justiça e Redação para indicação do Relator	Secretaria Legislativa Secretário
Em//2002	Designado como Relator de Deputado
Secretário Secretário Assessoramento Legislativo Técnico	Deputado Presidente
Em//2002	Apreciado pela Comissão No dia/2002
Secretário	Parecer//
	Secretaria Legislativa
No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura  A consta Pagina (S).  Em 29 / 04 / 2002.  Assessor	No ato de sua entrada na Assessoria de Plenário a Presente Propositura consta Documento (s) em anexo. Em / 2002.  Assessor



Comissão de Constituição, Justiça e Redação Projeto de Lei nº 830/2002

### PROJETO DE LEI Nº 830/2002.

Estabelece a presença e o acompanhamento do Ministério Público Estadual nas operações que envolvam a força policial do Estado da Paraíba em medidas possessórias de caráter e efeitos coletivos.

AUTOR : C.P.I, do Campo

**RELATOR:** Vital Filho

# PARECER Nº 802

# I - RELATÓRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, recebe para análise e parecer o **Projeto de Lei Nº 830/2002**, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito no Campo, a qual busca estabelecer a presença e o acompanhamento por parte do Ministério Público, nas operações que envolvam a força policial do Estado da Paraíba em medidas possessórias de caráter e efeitos coletivos.

Justificando sua iniciativa, alega a Comissão, que a matéria visa garantir às partes envolvidas nas ações os seus direitos constitucionais e legais, bem como minimizar ou impedir possíveis conflitos.

Instrução processual em termos. Tramitação na forma regimental.

Breve relatório.



Comissão de Constituição, Justiça e Redação Projeto de Lei nº 830/2002

## II - VOTO DO RELATOR

A proposta em epígrafe, da lavra da Constitucional C.P.I., do Campo, possui amparo legal, haja vista não verificarmos qualquer óbice de natureza Constitucional ou jurídica que venha obstaculizar sua admissibilidade, tramitação e aprovação.

Após laborioso estudo sobre o tema, esta relatoria vislumbra e investe na presente proposição, haja vista o tema abordado ser de grande interesse de todos buscar a igualdade na justiça social e o respeito aos direitos humanos, tendo em vista a participação do Ministério Público nas ações consignadas.

Nestas circunstâncias, após o estudo da matéria, relato e opino pela constitucionalidade e consequente aprovação do Projeto de Lei nº 830/2002.

É o voto.

Sala das Comissões, em 1 de junho de 2002.

VITAL FILHO

# III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acosta-se de forma harmônica ao parecer da relatoria, pela aprovação do Projeto de Lei nº 830/2002.

Este é o Parecer

Sala da Comissão, em 11 de junho de 2002.

OLENKA MARANHÃO

Presidente

JOÃO PAULO

Membro

VITAL FILHO

Relator

**JOÃO FERNANDES** 

Membro

ZENÓBIO TOSCANO

Membro

**LUIZ COUTO** 

Membro

DJACI BRASILEIRO

Relator

APROVADO O PARECER; EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA. REALIZADA NO DIA 12/06/2002

Apreciada Pela Comissão

No Dia 41 106 12009

1º SECRETARIO



Casa de Epitácio Pessoa

Ofício nº 66/2002

João Pessoa, 12 de junho de 2002.

Senhor Governador,

Participo a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 830/02, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência no Campo que "Estabelece a presença e o acompanhamento do Ministério Público Estadual nas operações que envolvam a força policial do Estado da Paraíba em medidas possessórias de caráter e efeitos coletivos".

Atenciosamente,

GERVÁSIO MAIA Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor ANTÔNIO ROBERTO DE SOUSA PAULINO GOVERNADOR DO ESTADO N E S T A



Casa de Epitácio Pessoa

AUTOGRÁFO Nº 61/02 PROJETO DE LEI Nº 830/2002

Estabelece a presença e o acompanhamento do Ministério Público Estadual nas operações que envolvam a força policial do Estado da Paraíba em medidas possessórias de caráter e efeitos coletivos.

# A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

- **Art. 1°** A força policial do Estado da Paraíba, sempre que requisitada judicial ou administrativamente a atuar em medidas possessórias que produzam efeitos coletivos, em próprios públicos ou privados, será obrigatoriamente acompanhada na operação por representante do Ministério Público Estadual.
- § 1º Para as finalidades desata Lei, considera-se medidas possessória com efeitos coletivos toda a operação que envolva força policial estadual para despejar de imóvel, áreas ou prédios públicos ou privados, urbanos ou rurais, quantidade superior a cinco pessoas, ressalvados os despejos fundados em contratos de locação residenciais e individuais.
- § 2º Tão logo receber a requisição judicial ou a determinação administrativa, nas hipóteses previstas nesta Lei, o Comandante da Policia Militar solicitará formalmente a indicação do representante do Ministério Público ao Procurador Geral da Justiça.
- Art. 2° Antes de iniciar a operação, caso identifique alguma irregularidade no mandato de desocupação ou em qualquer outra peça que constitua requisito legal à medida possessória, principalmente do ponto de vista da legislação processual, o representante do Ministério poderá suspender provisoriamente a operação para que, no ato, sejam reportadas tais irregularidades à autoridade judicial ou administrativa competente, a qual poderá saná-las ou decidir pela continuidade da operação sob sua exclusiva e direta responsabilidade.
- Art. 3º Iniciada a operação policial nas medidas possessórias a que se reportam esta Lei, o representante do Ministério Público Estadual, constatando graves riscos a segurança das pessoas envolvidas ou potenciais ameaças à ordem constitucional, igualmente poderá suspender provisoriamente a operação para que, no circunstâncias sejam relatadas à autoridade judicial ou administrativa competente, possibilitando um planejamento da operação adequada às circunstâncias especificas do caso concreto, de modo a zelar pela preservação da ordem constitucional e democrática vigente.

- **Art. 4º** As providências previstas nesta Lei devem ser acrescidas pelo exercício regular das funções constitucionais do Ministério Público, sempre que o caso concreto recomendar, principalmente o ajuizamento das medidas processuais de natureza cautelar e urgente que se fizerem necessárias.
- Art. 5°. Concluída a operação, o representante do Ministério Público Estadual encaminhará relatório circunstanciado ao Procurador Geral da Justiça, após a exame, encaminhará cópias aos Chefes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Estado da Paraíba.
  - Art. 6° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
  - Art. 7° Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, "Casa de Epitácio Pessoa", João Pessoa, 12 de junho de 2002.

GERVÁSIO MAIA Presidente PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João



LEI N.º 7.156 , DE 23 DE AGOSTO DE 2002

nistério Público Estadual nas operações que volvam a força policial do Estado da Paraíba em didas possessórias de caráter e efeitos coletivos.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - A força policial do Estado da Paraiba, sempre que requisirada judicial traciramente a atuaz em medidas possessórias que produzam efeitos coletivos, em úblicos ou privados, será obrigatoriamente acompanhada na operação por te do Ministério Público Estadual.

§ 1º - Para as finalidades desta Lei considera-se medida possessória com efe oletivos toda a operação que envolva força polícial estadual para despejar de imóvel, área refedios públicos ou privados, urbanos ou rurais, quantidade superior a cinco pess essalvados os despejos fundados em contratos de locação residenciais e individuais.

§ 2º - Tão logo receber a requisição judicial ou a determinação administrati nas hipóteses previstas neata Lei, o Comandante da Policia Militar solicitará formalmente indicação do representante do Ministério Público ao Procurador Geral de Justiça.

Mart. 27 - Antes de iniciar a operação, caso identifique alguma irregularidade no mandato de desocupação ou em qualquer outra peça que constitua requisito legal à medida possessória, principalmente do ponto de visit ad legislação processual, o representante do Ministério poderá suspender provisoriamente a operação para que, no ato, sejam reportadas tais irregularidades à autoridade judicial ou administrativa competente, a qual poderá susi-las ou decidir pela continuidade de operação sob sus exclusiva e diretes responsabilidade.

Art. 3° - Iniciada a operação policial nas medidas possessórias a que se reportam esta Lei, o representante do Ministerio Público Estadual, constatando graves riscos a segurança das pessoas envolvidas ou potenciais ameçadas à ordem constitucional, igualmente poderá suspender provisoriamente a operação para que, no ato, essas circunsáncias sejam relatadas à autoridade judicial ou administrativa competente, possibilizando um planejamento da operação adequado às circunstâncias específicas do caso concreto, de modo a zelar pela presservação da ordem constitucional e democrática vigentes.

Art. 4° - As providências previstas nesta Lei devem ser acrescidas pela exercício regular das funções constitucionais do Ministério Público, sempee que o caso concreto recomendar, pcincipalmente o ajuizamento das medidas processuais de natureza cautelar e urgente que se fizerem necessárias.

Art. 5º - Concluidas operação, o representante do Ministério Público Estadual relatório circunstanciado ao Procurador Geral da Justiça, após o exame, cópias aos Chefes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do l

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 7º - Revogaro-se as disposições em contrário

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João sto de 2002: 113º da Procla

> A Shellet GOVERNADO

LEI N.º 7.157 , DE 23 DE AGOSTO DE 2002

Dispõe sobre a obrigatoriedade das Câmaras Municipais serem notificadas da liberação de recursos estaduais para os respectivos Municipios, e dá outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Os órgãos e entidades da administração estadual direc o as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, notificarão as respectivas Câmaras Municipais da liberação de recursos financeiros que tenham efenado, a qualquer titulo, para os Municípios, no prazo de 2 (dois) dias úreis, contrado da data de recebimento dos recursos.

## Governo do Estado Governador Roberto Paulino

SECRETARIA EXTRAODINÁRIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora Br 101 — Km 03 — Distrito Industrial — João Pessoa-PB — CEP 58082-010

NELSON COELHO DA SILVA SUPERINTENDENTE RAIMUNDO PAIVA GADELHA FILHO DIRETOR ADMINISTRATIVO

FÁBIA MARIA CAROLINA DIRETORA TÉCNICA FRANCISCO PONTES DA SILVA DIRETOR DE OPERAÇÕES

#### Diário Oficial

Editor: Walter de Souza Avenida dos Tabajaras, n.º 969 — Centro — João Pessoa-PB

Fones: 218-6546 / 218-6553 Assinatura: (083) 218-6545 / 218-6547

R\$ 200,00 Anual. Semestral .RS 100.00 Número Atrasado.

AVISO AOS ASSINANTES

AVISO AOS ASSINANTES Para melhor agilização e eficácia das providências, as reclamações só serão aceitas até 24 horas após Publicação.

Art. 2º - A Prefeitura do Município beneficiário da liberação de recursos, que trata o Artigo 1º deste, notificará so Partidos Políticos, os Sindicatos de Trababadoses Ennádede Empresariasi, com sede no Município, da respectiva liberação, no preso de 2 da dia úteis, contado da data de recebimento dos recursos.

Art. 3° - As Camaras Municipais representario ao Tribunal de Con cumprimento do estabelecido nesta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de agosto de 2002; 113º da Procla

ROBERTO/PAULINO GOVERNADOR

LEI N.º 7.158 , DE 29DE AGOSTO DE 2002

Denomina de Senador Humberto Lucena a Escola Estadual de Ensino ental de Gravatá, localiz Município de Mulungu, e dá outras

## O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a

Art. 1° - Fica denominado de Senador Humberto Lucena a Escola Estadual de Ensino Fundamental de Gravatá, localizada no Município

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 29 de agosto de agosto de 2002; 113º da Proclamação da República.

> ROBERTO PAULINO GOVERNADOR

LEI N.º 7.159 DE 20E AGOSTO DE 2002

Denomina de Senador Humberto Lucena o trecho da P8-063, entroncamento da BR 230, que liga os municípios paraibanos de Gurinhém e

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a sequinte Lei:

Art. 1° - Fica denominado de Senador Humberto Lucena, o trecho da PB-063, entroncamento da BR-230, que liga os municípios paraibanos de Gurinhém e Mulungu.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 20 de agosto de agosto de 2002; 113º da Proclamação da República.

ROBERTO PAULINO **GOVERNADOR** 

LEI N.º 7.160 DE 200E AGOSTO DE 2002

na de José Urranoo reman a Quadra Poliesportiva do EEEFM José Duarte Filho, e dá outras providências

## O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciano a

Art. 1° - Fica denominado de José Orlando Fernandes a Quadra Poliesportiva da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio - EEEFM José Duarte Filho, na cidade de Uiraúna, neste Estado.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 29 de agosto de agosto de 2002; 113º da Proclamação da República.

ROBERTO MANUELLO GOVERNADOR

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 29 de agosto de 2002; 113º da Procjamação da República.

002; 113º da Prociamação da Repú

LEI N.\* 7.156 . DE 23 DE AGOSTO DE 2002

Estabelece a presença e o acompanhamento do Ministério Público Estadual nas operações que envolvam a força policial do Estado da Paraíba em medidas possessórias de caráter e efeitos coletivos.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

oer que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono 2 seguinte Lei;

Art. I\* - A força policial do Estado da Pazaba, sempre que requisitada judicial ou administrativamente a atuax em medidas possessócias que produzam efeitos coletivos, em própsios jubílicos ou privados, será obigistoriamente acumpanhada na operação por representante do Munistriero Público Estadual.

§ 1º - Para as finaldades desta Lei considera-se medida possessoria com efeitos coletivos toda a operação que envolva fora polícial estadual para despejar de imérel, áreas ou présdos públicos ou privados, urbanos ou rutais, quantidade superior a cinco pessoas, resalavados ou despejos fundados em contrasos de locação residencias e individuais.

§ 2º - Tão logo receber a requisição judicial ou a determinação administrativa, nas hipóteses previstas nesta Let, o Comandante da Policia Militar solicitará formalmente a indicação do representante do Ministério Público ao Procurador Geral de Justiça.

Art. 2° - Antes de iniciar a operação, esso identifique alguma irregularidade no dato de desocupação ou em qualquer outra peça que constitua requisirio legal i medida sessória, principalmente do ponto de vista da legislação processual, o representante do sitério poderá suspender provisoriamente a operação para que, no ato, sejam reportadas tergularidades à autoridade judicial ou administrativa competente, a qual poderá saná-las escilar pela continuidade de operação so los sue exclusiva e dietra temporastibilidade.

Art. 3º - Iniciala a operação policial nas medidas possessirias a que se reportam esta Le, o representante do Ministerio Público Testadual, constatando graves recosa segurança das pessoas envolvidas ou potencias amenaçadas à ordem constitucional, igualmente poders suspender provisociamente a operação para que, no ato, esas circunstâncias sejam estadada à sucundade judicial ou administrativa competente, possibilizando um planejumento da operação adequado às circunstâncias específicas do caso conceteo, de modo a zelar pela preservação adordem constitucional e democrática vigentes.

Art. 4º - As provislências previstas nesta Lei devem ser acreacidas pelo exercício regulas das funções constitucionais do Ministerio Público, sempre que o caso concreto eccomendar, ponicipalmento o ajustamento das medidas processuas de natureza cauteles e urgente que se fizreem necessárias.

Art. 5º - Concluidas operação, o representante do Ministério Público Estadual inhari relatório circunstanciado ao Procurador Geral da Justiça, após o exame, inhari cópias aos Chefes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Estado da

Art. 6" - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João

ROBERTO PALLINO GOVERNADOR

LEI N.º 7.157 DE 23 DE AGOSTO DE 2002

Dispõe sobre a obtigatoriedade das Câmaras Municipais serem notificadas da liberação de recursos estaduais para os respectivos Municípios, e de outras arendidacions

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

r que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. T - Os órgios e entidades da administração estadual direta e as autanquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, notificario as respectivas Cimaras Municípais da liberação de recursos financeiros que tenham efectuado, a qualquer titulo, para os Municípios, no prazo de 2 (dois) dias úreis, contado da data de recebimento dos recursos.

#### Governo do Estado Governador Roberto Paulino

SECRETARIA EXTRAODINÁRIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

A UNIÃO Superintendência de Imprensa e Editora
Br 101 — Km 03 — Distrito Industrial — João Pessoa-PB — CEP 58082-010

NELSON COELHO DA SILVA SUPERINTENDENTE RAIMUNDO PAIVA GADELHA FILHO DIRETOR ADMINISTRATIVO

FÁBIA MARIA CAROLINA DIRETORA TÉCNICA FRANCISCO PONTES DA SILVA DIRETOR DE OPERAÇÕES

## Diário Oficial

Editor: Walter de Souza Avenida dos Tabajaras, n.º 969 — Centro — João Pessoa-PB

Fones: 218-6546 / 218-6553 Assinatura: (083) 218-6545 / 218-6547

Anual..... Semestral.... Número Atrasado. R\$ 200.00

AVISO AOS ASSINANTES

Para melhor agilização e eficácia das providências, as reclamações só serão aceitas até 24 horas após Publicação.

Art. 2º - A Prefeiturs do Município beneficiário da liberação de recursos, quanto o Artigo 1º deste, notificará os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Empresariais, com sede no Município, da respectiva liberação, no prazo de 2 (do dias úteis, contado da data de recebimento dos recursos.

Art. 3° - As Camaras Municipais representarão ao Tribunal de Contas do

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contra

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João 103, 23 de agosto de 2002; 113º da Proclamação da República.

ROBERTO PAULINO GOVERNADOR

LEI N.º 7.158 , DE29DE AGOSTO DE 2002

Denomina de Senador Humberto Lucena a Escola Estadual de Ensino Fundamental de Gravatá, localizada no Município de Mulungu, e dá outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faco saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a

Art. 1° - Fica denominado de Senador Humberto Lucena a Escola Estadual de Ensino Fundamental de Gravatá, localizada no Município

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa. 29 de agosto de agosto de 2002: 113º da Proclamação da República.

ROBERSO PAULINO GOVERNADOR

LEI N.º 7.159 , DE 20E AGOSTO DE 2002

Denomina de Senador Humber? Lucena o trecho da PB-063, entroncamento do BR 230, que liga os municípios paraibanos de Gurinhém e Mulungu, e dá outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a

Art. 1° - Fica denominado de Senador Humberto Lucena, o trecho da P8-063, entroncamento da BR-230, que liga os municípios paraibanos de Gurinhém e Mulungu

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 29 de agosto de agosto de 2002: 113º da Proclamação da Repúblic

ROBENTO PAULINO GOVERNADOR

LET N.º 7.160 . DE 29DE AGOSTO DE 2002

Denomina de José Urranoo remandes, a Quadra Poliesportiva do EEEFM José Duarte Filho, e dá outras

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA:

Faco saber que a Poder Legislativo decreta e eu sanciono a

Art. 1° - Fica denominado de José Orlando Fernandes a Quadra Poliesportiva de Escole Estadual de Ensino Fundamental e Médio - EEEFM José Duarte Filho, na cidade de Uiraúna, neste Estado.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 29 de agosto de agosto de 2002: 113º da Proclamação da República ROBERTO MADE IN

GOVERNADOR

Pessoa, 29 de agosto de 2002: 113º da Prochanação da República.

ROBERTO PAULINO

LEI N.º 7.156 , DE 23 DE AGOSTO DE 2002

Estabelece a presença e o acompanhamento do Ministério Público Estadual nas operações que cavobram a força policial do Estado da Paraiba em medidas possessórias de caráter e efeitos coletivos.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Art. F - A força policial do Estado de Pazaba, sempre que requisitada judicial nativamente a anuar em medidas possessérias que produzam efeitos coletrose, em folicios ou privados, será obrigatoriamente acompanhada na operação por elo Ministerio Poblico Estadoal.

§ 1º - Para sa finaldades desta Lei considera-se medida possessória com efeitos etimos toda a operação que envolva força polícula estadual para despejar de imóvel, áreas ou oficios públicos ou priendo, un denos ou rueira, quentades ou espeña e cinco pessoas, salvados os despejos fundados em contratos de locação residenciais e individuais.

Art. 2º - Antes de iniciar a operação, caso identifique alguma imopalatibale no mandriso de descoapação os em qualquer outra peça que constitua requisiro legel à medida possessória, petiocipalmente do ponto de visir da legislação processul, o representante do Ministetio poderá suspende proviscimamente a operação para que, no sto, ocçam reportada tais irregulatidades à autoridade judicial ou administrativa competence, a qual poderá susil-ita ou desdiar plac someniadade de operações dos dua exclusiva e diette responsabilidade.

catar peta continuidade de operação sob aua erchasera e direita responsabilidade.

Art. 3º - Iniciada a operação policial nas medidas possessiorias a que se tam esta Lei, o representante do Ministério Público Estabala, constitutanto graves recors a tapa das pensoas estavolvidas ou potenciais amençadas à ordem constitucional, igualmente é asspender provisoriamente o speração para que, no sure, casas corcumsificas signitas à a autoritudar judicial ou administrativa competente, possibilizando um planejamento respira adequado à a cricumstantessa específicas do caso conceros, de modo a reclar peta esperão adequado à ordem comolocional e democrática regentes.

Art. 4º - As providência perestans sesta Lei devem ser acrescidas pelo cuercicio e das funções constancionais do Ministério Público, sempre que o caso concreturendar, principalmente o ajuzamento das medidas processuais de natureza cautelar e se que se finerem necessicias.

Art. 5° - Concluidas operação, o representante do Ministério Público Estadual ará relatório circunstanciado ao Procurador Geral da Justiça, apris o exame, ará cópias aos Chefes dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo do Estado da

Art. 6° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contr

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João le agosto de 2002; 113º da Proclamação da República.

ROJEKTO PALILINO GOVERNADOR

LEI N.\* 7.157 , DE 23 DE AGOSTO DE 2002

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e cu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1° - Os órgios e entidades da administração extuada éres e a astraquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista exteduais, nooficarão as respectivas Câmazas Municipais da liberação de recursos fanacciros que tenham efertuado, a qualquer titudo, para os Municipios, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contrado da data de recubinanto dos recursos.

# Governo do Estado Governador Roberto Paulino

SECRETARIA EXTRAODINÁRIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

**A UNIÃO** Superintendência de Imprensa e Editora Br 101 — Km 03 — Distrito Industrial — João Pessoa-PB — CEP 58082-010

NELSON COELHO DA SILVA SUPERINTENDENTE RAIMUNDO PAIVA GADELHA FILHO DIRETOR ADMINISTRATIVO

at let to tak

ATTE OF IS

FABIA MARIA CAROLINA DIRETORA TECNICA FRANCISCO PONTES DA SILVA DIRETOR DE OPERAÇÕES

## Diário Oficial

Editor: Walter de Souza Avenida dos Tabajaras, n.º 969 — Centro — João Pessoa-PB

Fones: 218-6546 / 218-6553 Assinatura: (083) 218-6545 / 218-6547

AVISO AOS ASSINANTES
Para melhor agilização e eficâcia das providências, as reclamações só serão aceitas até 24 horas após Publicação.

Art. Z" - A Prefeisura do Município beneficiário da Beenção de recursos, que mus o Arigo 1" deste, nosficará os Paridos Políticos, os Sindicarso de Trabalhadoras e as Encadades Emprenarias, com sede no Município, de respectiva liberação, no praro de 2 (dos) das úseis, controlo da data de recebiumento dos recursos.

Art. 3º - As Câmaras Municipais representarão ao Tribunal de Contas do cumprimento do estabelecido nesta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

rogam-se as disposições em co

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 23 de agosto de 2002; 113º da Proclamação da República.

BOBERTO PAULINO GOVERNADOR

LEI N.º 7.158 , DE 29DE AGOSTO DE 2002

Denomina de Senador Humberto Lucena a Escola Estadual de Ensino Fundamental de Gravatá, localizada no Município de Mulungu, e dá outras

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faco saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a

Art. 1º - Fica denominado de Senador Humberto Lucena a Escola Estadual de Ensino Fundamental de Gravatá, localizada no Município

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João de agosto de agosto de 2002: 113º da Proclamação da República.

DBERTO PAULINO GOVERNADOR

LEI N.º 7.159 , DE 20E AGOSTO DE 2002

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta

Fica denominado de Senador Humberto Lucena, o camento do BR-230, que liga os municípios paraibanos Art. 1° - Fica denor trecho da PB-063, entroncamento da

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 29 de agosto de agosto de 2002; 113º da Proclas

ROBERTO PAULINO

LEI N.º 7 160 DE 200E AGOSTO DE 2002

Denomina de José Chraneou rermandes, a Quadra Poliesportiva do EEEFM José Duarte Filho, e dá outras providências.

#### O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica denominado de José Orlando Fernandes a Quadra Poliesportiva da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio - EEEFM José Duarte Filho, na cidade de Uiraúna, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCTO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João ALACIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em J e agosto de agosto de 2002; 113º da Proclamação da República ROSENO AULINO

GOVERNADOR